

Poder Judiciário Justiça do Trabalho Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0000432-98.2013.5.02.0481

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 26/03/2013 Valor da causa: R\$ 28.000,00

Partes:

RECLAMANTE: DJANDYS FERREIRA TEIXEIRA

ADVOGADO: ALEXANDRE DE ARAUJO

RECLAMADO: ROYAL SHOWER LABORATORIOS LTDA

ADVOGADO: VINICIUS BURTI MARTINS

RECLAMADO: LUCIA AMELIA RIBEIRO DA SILVA COLLETES

TERCEIRO INTERESSADO: ADAUTO GONCALVES COLLETES FILHO



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS 0000432-98.2013.5.02.0481

: DJANDYS FERREIRA TEIXEIRA

: ROYAL SHOWER LABORATORIOS LTDA E OUTROS (1)

Edital de Leilão Judicial Unificado

1ª Vara do Trabalho de São Vicente/SP

Processo nº 0000432-98.2013.5.02.0481

O Juiz do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 21/08/2025, às 11:04 horas, através do portal da leiloeira Flavia Cardoso Soares www.fvleiloes.com.br serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: DJANDYS FERREIRA TEIXEIRA, CPF: 783.754.602-49, exequente, e ROYAL SHOWER LABORATORIOS LTDA, CNPJ: 79.544.334/0001-86; LUCIA AMELIA RIBEIRO DA SILVA COLLETES, CPF: 004.785.508-80, executado(s), conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:

IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº 31.788 do Oficial de Registro de Imóveis de Garça/SP. CONTRIBUINTE/INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 0041031300. DESCRIÇÃO: O PRÉDIO RESIDENCIAL, de tijolos, sob nº 125 da Rua Lázaro César Desiderato, esquina com a Rua Eduardo Rodrigues de Barros, do tipo BU-II-3-47, com a área construída de 47,19m², e seu respectivo terreno constituído pelo lote nº 01 da quadra nº 03, do Conjunto Habitacional denominado Garça I, no perímetro urbano do município e única circunscrição imobiliária da comarca de Garça, com a área total de 192,38, medindo 1,54 metros de frente, mais 14,29 metros em curva para a Rua Lázaro César Desiderato, 10,84 metros pelo lado direito, confrontando com a Rua Eduardo Rodrigues de Barros; 20,00 metros do lado esquerdo confrontando com o lote 02: 10.35 metros confrontando como lote 26. Certificou o Oficial de Justiça (Id. fe5ec7f): "(...) se encontra, aparentemente, desocupado e com aspecto de abandono". OBSERVAÇÃO: Conforme despacho do Juízo da Execução (Id. a5ffd74): "Nos termos do art. 78 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (redação dada pelo Ato nº 10/GCGJT, de 18 de agosto de 2016), o arrematante adquire o bem livre de quaisquer ônus tributários, inclusive débitos de IPTU, uma vez que se sub-rogarão no preço da hasta (art. 130, parágrafo único do CTN e 908, 1§ do CPC)".

Fls.: 3

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 116.079,37 (cento e dezesseis mil e setenta e nove reais e trinta e sete centavos).

Local dos bens: Rua Lázaro César Desiderato, nº 125, Garça/SP

Total da avaliação: R\$ 116.079,37 (cento e dezesseis mil e setenta e nove reais e trinta e sete centavos)

Lance mínimo do leilão: 80%

Leiloeiro Oficial: Flavia Cardoso Soares

Comissão do Leiloeiro: 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica.

O **exercício do direito de preferência** deverá ser requerido junto ao leiloeiro, por e-mail: juridico@fvleiloes.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão.

O arrematante, que não seja exequente no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do leiloeiro, calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do leiloeiro será paga diretamente a ele mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião do leilão. Por ato voluntário, o arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O arrematante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do leiloeiro, com esta opção, atendendo às seguintes condições:

- a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;
- b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;

Fls.: 4

c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte a cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo.

d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais).

e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais.

f) Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, ou no caso da sua não apresentação ao Leiloeiro no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para "À VISTA", nesse caso, o arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.

f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

g) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão.

Visitação dos bens: as 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sextafeira, exceto feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do leiloeiro oficial ou de guem este indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o leiloeiro oficial o compromisso de depositário fiel.

Fls.: 5

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN.

SAO PAULO/SP, 10 de abril de 2025.

MI RAN KIM

Servidor





Número do documento: 25041010504445000000395754480